



Eleições 2026: Direita aposta em rejeição ao petismo para enfrentar Lula em outubro

Página 8



Destaques

Foto / Reprodução - Imagem mostra candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, Flávio Bolsonaro e Ronaldo Caiado

Brasil contabiliza 2,2 milhões de casos de estelionato digital em nova rodada de crescimento do crime

E mais...

Página 4

SUS começa a distribuir insulina glargina para todo o país e da importante passo na modernização do tratamento do Diabetes

Página 3

Foto / Reprodução - Imagem mostra embalagem de insulina glargina



Brasil ganha nova lei que amplia projetos de saúde e acelera aprovação de medicamentos e novas tecnologias



Foto / Reprodução -
Imagem mostra fachada da
Agência Nacional de
Vigilância Sanitária

Por Isabella Campos

Com a sanção do Projeto de Lei 2.583/2020, o Brasil passa a contar oficialmente com a Estratégia Nacional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A medida cria um novo marco regulatório para orientar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da capacidade produtiva, tecnológica, científica e de inovação no setor de saúde em todo o país.

A nova legislação traz diretrizes fundamentais para ampliar o acesso da população brasileira a tecnologias e tratamentos de saúde, além de valorizar os laboratórios públicos e elevar a capacidade de resposta do país diante de eventuais emergências sanitárias. A iniciativa também busca estreitar a integração entre centros de pesquisa, o setor produtivo e o Sistema Único de Saúde, o SUS.

Com atuação direta no avanço dessas diretrizes, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária desempenha papel estratégico na implementação das metas estabelecidas. A autarquia é responsável por regular setores econômicos que correspondem a aproximadamente 23% do Produto Interno Bruto nacional, exercendo forte impacto na atração de investimentos, na criação de postos de trabalho e no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Diante do novo cenário normativo, a Anvisa prevê dar maior agilidade aos processos de aprovação e análise de medicamentos. Para combater a burocracia e acelerar as liberações, a agência adotou um conjunto de 125 ações focadas na redução de filas, no cumprimento mais célere de prazos e no combate ao passivo regulatório.

Esse esforço conjunto já possibilitou a conclusão da análise de petições relativas a 261 medicamentos sintéticos e 46 medicamentos biológicos e radiofármacos. Além disso, foram zerados os estoques represados relativos a diagnósticos in vitro, equipamentos médicos, radiofármacos e certificações de boas práticas de fabricação para dispositivos de saúde, garantindo mais eficiência ao setor produtivo e entregas mais rápidas à sociedade.

Comércio aposta em crediário próprio para impulsionar vendas



Foto / Reprodução - Imagem mostra representação de um carnê de loja

Varejistas de diferentes portes e segmentos estão voltando a apostar no modelo tradicional do crediário próprio, também conhecido como Crédito Direto ao Consumidor (CDC) interno, para impulsionar as vendas e driblar as restrições ao crédito no mercado financeiro nacional. A estratégia, que já foi o motor de grandes redes no passado, ressurgiu com força total como uma alternativa para atrair consumidores que enfrentam limites reduzidos em cartões de crédito tradicionais ou que simplesmente preferem formas mais flexíveis e diretas de parcelamento.

O movimento reflete uma tentativa do setor de comércio de reacquecer o faturamento em um cenário de juros elevados e endividamento das famílias. Ao assumir o risco da concessão do crédito, as lojas conseguem capturar um público que muitas vezes é rejeitado ou limitado pelos grandes bancos e operadoras de cartões de crédito. A concessão direta atua não apenas como um facilitador de compras de maior valor, mas principalmente como um poderoso mecanismo de fidelização, uma vez que o cliente precisa retornar à loja ou utilizar canais próprios da marca para efetuar os pagamentos periódicos.

Especialistas e dados do setor financeiro de varejo indicam que, se por um lado o crediário próprio amplia substancialmente a base de clientes potenciais e impulsiona o ticket médio das compras, por outro ele impõe novos desafios de gestão ao empresariado. Diferente da venda com cartão de terceiros, em que o recebimento é garantido pela operadora, no crédito direto o risco de inadimplência fica integralmente com o lojista. Esse fator tem demandado investimentos robustos em tecnologia, sistemas automatizados de análise de risco, consulta a birôs de crédito e parcerias com plataformas digitais que facilitam o controle das parcelas e automatizam a cobrança preventiva.

Para o consumidor, a volta do crediário representa uma alternativa real para continuar planejando o orçamento doméstico sem comprometer os canais bancários habituais. Para os lojistas, o desafio atual reside em manter o equilíbrio rigoroso entre a flexibilidade na aprovação e o controle rígido do fluxo de caixa, garantindo que o crescimento das vendas gerado pelo crediário não se transforme futuramente em um aumento descontrolado de perdas por atrasos.

SUS começa a distribuir insulina glargina para todo o país e dá importante passo na modernização do tratamento do Diabetes



Foto / Reprodução - Imagem mostra embalagem de insulina glargina

Por Isabella Campos

O Sistema Único de Saúde deu um passo histórico no cuidado à população ao iniciar a distribuição nacional da insulina glargina. A chegada dos primeiros 383 mil tubetes do medicamento, acompanhados por canetas aplicadoras reutilizáveis, representa um avanço profundamente significativo para milhares de pessoas que dependem da aplicação diária do hormônio em todo o país. Em uma nação que já contabiliza 21 milhões de pessoas convivendo com o diabetes e com previsões de um aumento expressivo no número de diagnósticos nos próximos anos, a medida marca uma importante modernização do tratamento oferecido pela rede pública.

Nesta etapa inicial, o novo protocolo beneficia públicos estrategicamente prioritários: crianças e adolescentes de 2 a 18 anos incompletos com diagnóstico de diabetes tipo 1, e idosos com 70 anos ou mais acometidos por diabetes tipo 1 ou tipo 2. A distribuição dos medicamentos e das canetas reutilizáveis, que possuem durabilidade de até três anos, ocorre por meio da Atenção Primária, nas Unidades Básicas de Saúde de todos os estados, mediante avaliação clínica e prescrição médica.

Para compreender o impacto dessa transformação, é essencial entender o que é a insulina glargina e como ela atua no organismo. Trata-se de um análogo de insulina de ação prolongada desenvolvido para imitar a liberação basal contínua do pâncreas humano. Ao contrário de insulinas mais antigas, como a NPH, a glargina é absorvida de maneira lenta e constante pelo corpo ao longo de 24 horas, mantendo a glicemia estável e sem criar os chamados picos de concentração no sangue. Na prática, isso permite que grande parte dos pacientes precise de apenas uma dose ao dia.

A grande vantagem desse mecanismo é a prevenção efetiva de crises de hipoglicemia, que ocorrem quando os níveis de açúcar no sangue caem drasticamente, trazendo riscos graves à saúde, especialmente durante a noite. Além de conferir maior segurança e previsibilidade ao tratamento, a nova insulina simplifica a rotina e melhora sensivelmente a adesão e a qualidade de vida dos pacientes e de suas famílias. A incorporação dessa tecnologia pelo SUS eleva o patamar da saúde pública brasileira, alinhando o país às melhores práticas internacionais de combate e manejo do diabetes.



A **Fibraplac** transforma ambientes com painéis de MDF de alta qualidade que unem beleza, durabilidade e sofisticação. Com uma trajetória consolidada no mercado, a marca se destaca pela inovação e pelo compromisso em oferecer soluções completas para arquitetos, marceneiros e designers de interiores.

Os Lançamentos 2026 trazem tons quentes e aquecidos que respiram calma, além de texturas que fluem com suavidade e superfícies que nascem do essencial. Cada painel é pensado para conectar a natureza e o design moderno ao seu espaço.

Conheça as principais coleções:

Linha Origens: Riqueza nos detalhes e infinitas possibilidades com padrões inspirados em madeiras nobres como Cambará, Carvalho Latino, Freijó Natura e Nogueira Nativa.

Linha Sensações: Personalidade em padrões diferenciados feitos para despertar sentimentos, incluindo as cores Oceano, Âmbar, Sakura e Lavanda.

Linha Essencial e Linha Versátil: Padrões clássicos e combinações exclusivas cheias de estilo que valorizam e dão identidade a qualquer projeto.

Linha Conceito e Linha + Brancos: A sofisticação que o seu ambiente merece com acabamentos como Linho Fendi, Carrara e a variedade perfeita de brancos para transformar o espaço.

Tecnologia Fibra Mais: Para projetos que exigem o máximo de desempenho, a tecnologia Fibra Mais oferece muito mais durabilidade e resistência superior à umidade, garantindo móveis impecáveis por muito mais tempo.

Seja para criar um refúgio aconchegante ou um espaço corporativo moderno, a Fibraplac tem o padrão ideal para o seu estilo. Visite o simulador de ambientes no site oficial e encontre a revenda mais próxima de você.

Fibraplac: o essencial que transforma.

Acesse <https://fibraplac.com.br> e surpreenda-se.



Viva a experiência da ultravelocidade com a rede que acompanha o seu ritmo.

Seja em casa com a estabilidade da nossa internet banda larga, na rua com a cobertura líder do 5G ou curtindo o melhor do entretenimento na sua TV, a Claro conecta você ao que realmente importa.

A internet móvel mais rápida do país para você não perder nenhum momento.

Planos residenciais ideais para trabalhar, estudar e jogar sem interrupções.

Conteúdo ilimitado com milhares de filmes e séries na palma da sua mão.

Mude para a Claro e descubra como a verdadeira conectividade pode transformar o seu dia a dia.

Claro. Você merece o novo.

Para conhecer nossos planos e assinar, visite o site oficial <https://claro.com.br> ou vá até a loja mais próxima.

Brasil contabiliza 2,2 milhões de casos de estelionato digital em nova rodada de crescimento do crime

O Brasil enfrenta um crescimento expressivo no número de golpes digitais e fraudes financeiras, marca que ultrapassou a barreira dos 2 milhões de casos registrados anualmente e bateu recordes no país. A proliferação dessas práticas criminosas está diretamente ligada à rápida profissionalização das quadrilhas e à adoção de tecnologias de ponta, como inteligência artificial e a montagem de verdadeiras centrais de atendimento telefônico voltadas exclusivamente para a aplicação de fraudes.

A sofisticação das operações impressiona as autoridades. Em vez de abordagens amadoras, grupos criminosos têm estruturado estruturas operacionais comparáveis às de grandes empresas de telemarketing, conhecidas como call centers do crime. Nessas centrais, operadores trabalham com metas de ligações, roteiros de persuasão altamente elaborados e acesso a bancos de dados vazados com informações detalhadas sobre potenciais vítimas.

A tecnologia atua como um catalisador desse fenômeno. O uso de inteligência artificial permitiu a automatização de abordagens, a criação de áudios realistas que clonam vozes de familiares ou autoridades e a geração de textos personalizados em massa. Além disso, ferramentas digitais facilitam o spoofing, técnica que permite mascarar o número de telefone de quem liga para fazer parecer que a chamada vem de um canal oficial de banco ou instituição financeira.

Outro fator determinante para a disparada dos números é a facilidade de direcionar os valores roubados através de mecanismos de pagamentos instantâneos, como o Pix, aliados ao uso de contas laranjas. As facções criminosas perceberam a alta lucratividade e o menor risco do cibercrime em comparação com os crimes patrimoniais violentos, diversificando suas fontes de renda e injetando o capital obtido nessas fraudes em outras atividades ilícitas.

Diante do volume de casos que sobrecarrega as forças policiais, especialistas indicam a necessidade de respostas estratégicas baseadas no combate ao ecossistema da fraude. Isso envolve o aprimoramento do monitoramento de linhas telefônicas suspeitas, o bloqueio rápido de contas usadas para lavagem do dinheiro e a aplicação de inteligência de dados para identificar padrões e desmantelar a infraestrutura por trás dessas grandes centrais do golpe.

Infraero encolhe e busca se reinventar para sobreviver



Foto / Reprodução - Imagem mostra logo da Infraero

Por Guilherme Kalel e Mariana Cury

A estatal brasileira de infraestrutura aeroportuária, a Infraero, vive um período de profunda transformação marcado pelo encolhimento de sua relevância no setor aéreo e por desafios estruturais significativos. Após sucessivas rodadas de concessões que transferiram a administração dos principais aeroportos do país para a iniciativa privada, a empresa perdeu o controle dos grandes hubs nacionais e viu sua participação de mercado reduzir drasticamente.

Apesar da perda progressiva de receita e da diminuição do volume de operações sob sua responsabilidade direta, a estatal ainda carrega uma estrutura organizacional considerada inchada e com custos operacionais elevados. A transição dos grandes terminais para o setor privado deixou evidente o descompasso entre o porte administrativo da companhia e a escala atual de suas operações.

Diante desse cenário de ocaso do modelo tradicional, o governo federal e a direção da estatal buscam redefinir o papel da Infraero no mercado brasileiro. A estratégia central consiste em redirecionar as atividades da empresa para a gestão, apoio e desenvolvimento da aviação regional. A proposta do Ministério de Portos e Aeroportos é utilizar o conhecimento técnico da estatal para administrar aeroportos de menor porte espalhados pelo interior do país, impulsionando a conectividade regional.

Paralelamente à mudança de foco operacional, a estatal trabalha na reavaliação financeira de suas participações acionárias remanescentes em concessionárias de grandes aeroportos, como Guarulhos, Confins e Viracopos. A negociação desses ativos e a revisão de contratos vigentes são vistas como etapas cruciais para reordenar o patrimônio da empresa e redefinir sua capacidade de investimento.

Especialistas e analistas do setor apontam que a sustentabilidade dessa nova fase da Infraero dependerá da capacidade de adequar seu quadro de pessoal e seus custos administrativos à nova realidade. Embora o redirecionamento para os aeroportos regionais represente um caminho viável para manter a utilidade pública da estatal, os desafios políticos e burocráticos para reestruturar uma empresa pública desse porte continuam sendo o principal entrave para a sua plena recuperação e eficiência.

Entre Leis e Laços: Por Roberta Pedro



O silenciamento como instrumento de violência psicológica.

Há violências que chegam aos tribunais acompanhadas de fotografias, laudos, prontuários médicos e testemunhas. Outras, entretanto, atravessam anos de existência sem deixar qualquer vestígio material. Não produzem hematomas, não quebram ossos e não despertam a atenção imediata da sociedade. **Ainda assim, são capazes de desestruturar identidades, comprometer a saúde psíquica e alterar profundamente a maneira como uma pessoa percebe a si mesma e o mundo.**

Entre essas formas invisíveis de agressão, poucas são tão sofisticadas quanto o silenciamento.

Silenciar alguém não significa apenas impedir que fale. Significa retirar-lhe, pouco a pouco, a legitimidade sobre a própria narrativa. Significa transformar sua memória em objeto de permanente suspeita, seus sentimentos em exagero, suas percepções em delírio e sua palavra em algo que deixa de merecer crédito.

Toda violência aspira ao controle.

A violência física controla o corpo.

A violência patrimonial controla os recursos.

A violência moral procura destruir a reputação.

A violência psicológica, talvez a mais insidiosa de todas, pretende controlar a consciência da vítima. Seu objetivo não é apenas modificar comportamentos, mas colonizar a percepção da realidade, enfraquecer a autonomia emocional e reduzir a capacidade de resistência.

Não por acaso, a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, conferiu tratamento próprio à violência psicológica, reconhecendo que ela se manifesta por condutas que causem dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízo ao pleno desenvolvimento ou que tenham por finalidade controlar ações, comportamentos, crenças e decisões da mulher, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização ou qualquer outro meio capaz de comprometer sua saúde psicológica e sua autodeterminação.

Mais recentemente, o legislador deu um passo ainda mais significativo ao inserir no Código Penal o art. 147-B, tipificando a violência psicológica contra a mulher. A inovação legislativa representa o reconhecimento de uma verdade que durante muito tempo permaneceu invisível: destruir a liberdade psíquica de alguém também constitui forma de violência.

Esse avanço normativo revela uma transformação importante na compreensão do próprio Direito. Durante séculos, a cultura jurídica voltou seus olhos quase exclusivamente para as lesões físicas e patrimoniais. Hoje, compreende-se que a dignidade humana pode ser profundamente violada sem que exista qualquer marca aparente.

Essa compreensão encontra fundamento direto na Constituição da República. Ao eleger a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III), a Constituição deslocou a proteção jurídica para além da integridade corporal. A pessoa passou a ser reconhecida em sua integralidade: física, moral, psíquica e existencial.

Não é possível falar em dignidade quando alguém perde o direito de ser reconhecido como sujeito da própria história. Também não há verdadeira liberdade quando o medo se torna o principal regulador da palavra.

A liberdade de manifestação do pensamento, assegurada pelo art. 5º da Constituição, não representa apenas a faculdade abstrata de emitir opiniões. **Ela constitui uma expressão da própria personalidade humana. O direito de narrar a própria experiência, especialmente quando relacionada à violação de direitos fundamentais, integra a esfera dos direitos da personalidade e encontra amparo na proteção constitucional da honra, da imagem, da intimidade e da integridade moral.**

É justamente por isso que o silenciamento imposto merece reflexão. Existe uma diferença profunda entre o silêncio escolhido e o silêncio produzido pelo medo. O primeiro pode representar prudência, intimidade, elaboração ou maturidade. O segundo constitui consequência de uma relação de poder. **Quem escolhe silenciar permanece livre para falar.**

Quem é silenciado perde, gradativamente, a confiança de que sua voz ainda possui legitimidade. Na violência psicológica, esse processo costuma ocorrer de forma lenta e quase imperceptível.

Primeiro, desacredita-se a percepção da vítima. Depois, questionam-se suas lembranças. Em seguida, ridicularizam-se suas emoções. Por fim, instala-se a crença de que qualquer tentativa de expressão será inútil, exagerada ou moralmente condenável. A vítima passa a censurar a si mesma antes mesmo que terceiros o façam.

Esse talvez seja um dos aspectos mais cruéis da violência psicológica: a censura deixa de ser externa e passa a habitar o próprio pensamento.

Não raramente, mulheres submetidas a contextos prolongados de violência afirmam que deixaram de reconhecer quem eram. Perdem a espontaneidade, afastam-se de familiares e amigos, abandonam projetos, silenciam opiniões e, pouco a pouco, deixam de ocupar o lugar de protagonistas da própria existência.

A violência deixa de ser um episódio. Transforma-se em um modo de viver.

É precisamente nesse ponto que o silenciamento deixa de ser mera ausência de palavras para converter-se em instrumento de dominação.

Controlar a narrativa significa controlar a memória. Controlar a memória significa influenciar a identidade. E interferir na identidade talvez seja uma das formas mais profundas de violação da dignidade humana.

A Psicologia e a Psicanálise há muito demonstram que experiências traumáticas frequentemente desafiam a linguagem. O trauma rompe a linearidade da memória, fragmenta recordações e dificulta a elaboração simbólica do sofrimento. **A palavra não desaparece por falta de inteligência ou de coragem, mas porque a dor ultrapassa, inicialmente, a capacidade de representação.**

Quando, além desse obstáculo natural, surgem mecanismos de intimidação, constrangimento, descrédito ou pressão para que determinados fatos permaneçam ocultos, o sofrimento psíquico tende a intensificar-se.

O silêncio deixa de ser proteção. Transforma-se em continuação da violência.

Não se trata de defender a exposição irrestrita da intimidade. Toda pessoa possui o direito de preservar sua vida privada, de escolher o tempo do próprio luto e de decidir, livremente, o que deseja compartilhar. O que preocupa é outra realidade.

É quando a palavra deixa de ser uma escolha e passa a ser uma impossibilidade.

Quando falar produz medo. Quando recordar produz culpa. Quando nomear a violência parece mais ameaçador do que suportá-la. Uma sociedade verdadeiramente comprometida com os direitos humanos não protege apenas corpos. Protege vozes. Porque toda violência autoritária começa tentando controlar narrativas.

É assim nas relações abusivas.

É assim nas estruturas de dominação.

É assim em toda forma de opressão.

Antes de destruir a liberdade física, procura-se enfraquecer a liberdade de dizer.

O Direito possui papel indispensável nesse processo de reconstrução.

As medidas protetivas, as ações indenizatórias, os processos criminais e os instrumentos constitucionais de tutela dos direitos fundamentais existem para restaurar a ordem jurídica violada. Contudo, nenhuma decisão judicial, por mais justa que seja, será suficiente se a vítima continuar acreditando que sua história não merece ser contada.

A verdadeira reparação começa quando a pessoa recupera a confiança de que sua palavra possui valor. Não porque toda narrativa seja incontestável. Mas porque toda pessoa tem o direito de existir como autora da própria história.

Talvez seja essa a maior lição que o Direito contemporâneo nos oferece. A violência psicológica não se mede pelo volume da voz do agressor. Muitas vezes, ela se revela precisamente no silêncio que consegue impor.

E toda vez que uma vítima volta a falar, não rompe apenas o silêncio. Rompe o ciclo de dominação que o silêncio pretendia perpetuar. Porque há palavras que não servem para alimentar conflitos. Servem para restituir a dignidade. E toda sociedade que realmente leva a sério a Constituição da República deve compreender que proteger a dignidade humana também significa proteger o direito de cada pessoa de narrar, com liberdade e sem medo, a verdade da própria existência.

A Ilusão da Cota: O Capacitismo Estrutural que Mantém as Pessoas com Deficiência Longe do Poder

Por Guilherme Kalel: Jornalista e Editor

O Estado brasileiro gosta de ostentar uma fachada de vanguarda progressista. Promulga leis, exige cotas no setor privado e estampa discursos acalorados sobre igualdade. Contudo, quando olhamos para as entranhas da própria administração pública, a máscara cai de forma constrangedora. A inclusão da pessoa com deficiência no serviço público federal é uma miragem burocrática, uma ilusão sustentada por reservas de vagas na entrada que se desfazem nos corredores do poder. O Brasil insiste em tratar a acessibilidade como favor e o direito como fachada.

Os dados recentes de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada em 36 órgãos do Poder Executivo federal, expõem a ferida aberta da hipocrisia estatal. Embora mais de 7,3% da população brasileira com dois anos ou mais seja composta por pessoas com deficiência, esse grupo ocupa meros 2,21% dos cargos nos órgãos fiscalizados. O número deixa evidente que a política de reservas de vagas em concursos é rasa e incapaz de gerar representatividade real. A aprovação no concurso virou um mero rito de conformidade normativa para o governo “cumprir a meta” superficial, enquanto a estrutura permanece profundamente excludente.

O cenário torna-se ainda mais perverso ao analisar a progressão de carreira e a tomada de decisão. O Estado aceita a pessoa com deficiência apenas no patamar da execução, jamais no comando. A auditoria do TCU revelou que apenas 1,9% dos cargos e funções comissionadas nesses órgãos são ocupados por servidores com deficiência. Quando observamos a alta liderança, o índice despencou para vergonhosos 1,3%. Em 14 das instituições auditadas, não havia simplesmente nenhuma pessoa com deficiência exercendo funções nos níveis mais elevados. Trata-se do teto de vidro capacitista em sua forma mais crua: permite-se a entrada pela porta dos fundos, mas interdita-se o elevador da ascensão profissional.

Para além da barreira institucional, o dia a dia desses servidores é marcado pela hostilidade velada e pelo desamparo. Cerca de 36% dos entrevistados relataram já ter sofrido preconceito ou discriminação no trabalho por conta de sua deficiência — número que ganha contornos dramáticos entre pessoas com deficiência mental, alcançando 48,2%. E para onde corre o servidor que é vítima do próprio Estado? Para lugar nenhum. A pesquisa apontou que 42% não se sentem seguros para denunciar e 55% sequer sabem a qual setor recorrer, até porque os órgãos simplesmente não possuem diretrizes ou protocolos específicos para lidar com o capacitismo. O silêncio institucional é o combustível perfeito para que o preconceito prospere.

O absurdo ganha nuances ainda mais perversas no tocante aos direitos fundamentais. A auditoria expôs que 22% dos servidores com deficiência se sentiram rejeitados para assumir funções comissionadas devido às suas condições, com relatos revoltantes de exigências implícitas ou explícitas de renúncia a direitos essenciais — como o horário especial de trabalho — para que pudessem ter uma oportunidade de promoção. Condicionar a ascensão profissional à negação das próprias necessidades e ao esgotamento físico e mental não é gestão de pessoal; é violência institucional.

Mais da metade dos órgãos avaliados nem sequer possui diretrizes formalizadas para a acessibilidade. O Estado que pune a iniciativa privada que descumpra metas de inclusão demonstra um desleixo imperdoável com suas próprias diretrizes. O histórico lema “nada sobre nós sem nós” é reiteradamente rasgado pela administração pública, que insiste em formular, gerir e decidir políticas sem a presença ativa das pessoas afetadas nos cargos de liderança.

O Brasil não precisa de mais cartas de intenção ou de discursos vazios sobre diversidade em datas comemorativas. A omissão acumulada ao longo de quase quatro décadas desde a Carta Magna de 1988 não é um mero lapso de gestão; é uma dívida democrática gravíssima. A verdadeira inclusão não se esgota no edital do concurso. Ela exige metas de liderança, estruturas de governança sérias, canais de denúncia seguros e o fim imediato da lógica de que acessibilidade é uma concessão benevolente. Enquanto o serviço público federal tratar a pessoa com deficiência como um cumprimento de cota descartável e invisível na tomada de decisão, a igualdade de direitos continuará sendo apenas uma promessa bonita no papel.

***Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.**

Publisher da AmplineWS e do Jornal RS Connect.

MTB: 89344 / SP.

UNINTER

Uninter: Seja o que você quiser, com a melhor EAD do Brasil

Mais de 1 milhão de alunos.

Mais de 800 polos espalhados pelo Brasil.

Vencedora 5 vezes do prêmio Reclame Aqui de melhor atendimento.

Venha ser o que você quiser com a Educação Uninter!

A Uninter vai ajudar você a transformar sua carreira. Cursos com conceito alto no MEC e mensalidades que cabem no seu bolso. Venha para o maior e melhor centro universitário do Brasil.

Graduação;

Pós-graduação;

Cursos Técnicos e Profissionalizantes.

Comece a estudar agora com nossas opções de bolsas e financiamentos.

Bolsa Enem;

Prouni;

Bolsa ENCCEJA;

FIES;

Crédito Educacional Fundacred.

Só na Uninter você chega onde quer chegar.

Inscreva-se agora acessando nosso site, e entrando em contato conosco:

<https://uninter.com>

Eleições 2026: Direita aposta em rejeição ao petismo para enfrentar Lula em outubro



Foto / Reprodução - Imagem mostra candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, Flávio Bolsonaro e Ronaldo Caiado

Por Guilherme Kalel: Jornalista e Editor

Mesmo enfrentando sérios problemas de articulação política e divergências internas, a oposição ao governo federal segue competitiva nas projeções para a disputa eleitoral. O grande combustível da direita continua sendo a forte rejeição ao Partido dos Trabalhadores e a figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um sentimento de antipetismo que persiste anos após os grandes escândalos de corrupção e os desgastes econômicos vividos pelo país.

Após períodos de queda na popularidade ao longo de seu terceiro mandato, Lula conseguiu recuperar prestígio e reassumir o favoritismo na corrida presidencial. O avanço da imagem do governo foi impulsionado por um expressivo pacote de medidas e gastos públicos estimado em 200 bilhões de reais, somado ao cenário de fragmentação entre os seus adversários. Apesar disso, o cenário para a reeleição ainda apresenta obstáculos relevantes.

Pesquisas recentes indicam que a rejeição ao PT se mantém em patamares elevados, variando entre 36% e 42% do eleitorado. Esse grupo resistente a votar na legenda é motivado principalmente pela memória de esquemas de corrupção, como o Mensalão e a Operação Lava-Jato, além do histórico de recessão econômica no governo Dilma Rousseff e da insistência do partido em defesas ideológicas controversas na política externa. A própria rejeição pessoal a Lula alcança cerca de 50% dos entrevistados, revelando um eleitorado dividido e crítico aos rumos da gestão.

Do lado da oposição, o senador Flávio Bolsonaro desponta como o nome mais forte da direita, mas enfrenta um caminho conturbado. Sua pré-campanha é marcada por desentendimentos internos, críticas à coordenação política e declarações polemistas que geram desgaste com aliados e com o eleitorado moderado. Outras opções, como o ex-governador Ronaldo Caiado, mostram competitividade em eventuais simulações de segundo turno, mas ainda encontram dificuldades para crescer e se consolidar na primeira fase da disputa.

Em um cenário em que as propostas do atual governo já não geram o mesmo entusiasmo do passado e revelam certo desgaste, a oposição busca transformar o sentimento antipetista e a insatisfação com a economia e a segurança pública no principal motor para equilibrar a disputa nas urnas.

Nubank anuncia aquisição do Porto Real para resolver problema com licença bancaria e pode manter nome



Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada da sede do Nubank

O Nubank anunciou em 20 de julho, ter adquirido o Porto Real Investimentos. O banco foi fundado em 1992, para atuar no ramo de concessão de crédito para redes de atacados no Rio de Janeiro. Com a aquisição do banco, a instituição financeira passa a ter licença bancaria para operar, e não precisa mais fazer mudanças quanto a seu nome. O Nubank estava em vias de ter que trocar sua nomenclatura, por conta de uma resolução do Banco Central. Para poder usar bank no nome, as empresas precisariam ter licença bancaria. No caso do Nubank, a instituição tinha licença para ser empresa de pagamentos e financiamentos mas não um banco. Com a aquisição, a licença da Porto pode ser usada para o Nubank, o que evita dores de cabeça adicionais. Outras empresas porém, podem não ter a mesma sorte e terão que trocar sua nomenclatura.

Liberdade de Opinião:

Os recordes de feminicídio no Brasil e as feridas abertas que insistem em continuar



Foto / Reprodução - Imagem mostra
Jornalista Guilherme Kalel

**Por Guilherme Kalel:
Jornalista e Editor**

O Brasil celebra conquistas na segurança pública com a queda nas taxas gerais de homicídios, mas a festejada estatística esconde uma ferida aberta e vergonhosa: a guerra declarada contra as mulheres. Enquanto os índices gerais de mortalidade violenta despencam, o país registra o quarto ano consecutivo de recorde em feminicídios. Em 2025, foram 1.571 mulheres assassinadas pelo simples fato de serem mulheres. Esse contraste brutal escancara uma verdade incômoda que a sociedade insistente e covardemente tenta ignorar. A violência urbana, de rua ou entre facções, responde a uma dinâmica criminal que o Estado por vezes consegue reprimir; já a misoginia estrutural habita no seio dos lares, protegida pela condescendência, pela omissão e pelo machismo velado.

Os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública expõem a anatomia de uma tragédia previsível. A esmagadora maioria das vítimas é de mulheres negras, mortas dentro de suas próprias casas, executadas por quem prometeu amá-las ou proteger suas famílias. Não se trata de uma fatalidade ou de um momento de loucura passageira: o feminicídio é o ápice cruel de uma longa e documentada escalada de terror. Antes de o tiro ou a facada fatal acontecerem, o Estado já havia recebido centenas de alertas na forma de ameaças, perseguições, lesões corporais e violência psicológica. O impressionante avanço das tentativas de feminicídio e do descumprimento de medidas protetivas apenas confirma que o agressor não desiste de matar, e o sistema falha em impedi-lo.

Endurecer a legislação penal e criar novos tipos criminais são passos importantes para punir o agressor, mas se mostraram totalmente insuficientes para salvar vidas. A repressão policial e a resposta do Poder Judiciário chegam quase sempre no momento do necrotério. É preciso encarar que a tragédia da violência de gênero não será resolvida enquanto a segurança pública for tratada apenas como caso de polícia, e não como uma reconstrução cultural e social. O monitoramento eficaz de agressores, o fortalecimento real das redes de apoio e a educação continuada para a desconstrução do machismo tóxico são urgências absolutas. Continuar aceitando que a segurança melhore para quase todos, exceto para as mulheres em suas próprias casas, é aceitar a barbárie como rotina, e inaceitável.

***Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.
Publisher da AmplineWS e do Jornal RS Connect.**

Expediente

Revista AmplineWS

Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.

MTB: 89344 / SP.

Conheça nossa historia e nossa equipe: [HTTPS://amplineWS.com.br/quem-somos](https://amplineWS.com.br/quem-somos)

AMPLINEWS - ONDE A INFORMAÇÃO ENCONTRA O PROPÓSITO

Na AmplineWS, temos um compromisso inabalável com a verdade e com a relevância. Diariamente, trazemos as notícias mais importantes do Brasil e do mundo, cobrindo os pilares fundamentais da nossa sociedade: política, economia, saúde e acessibilidade. Nós não fazemos apenas a cobertura dos fatos; nós os aprofundamos para entregar clareza e profundidade aos nossos leitores.

Nosso jornalismo é movido por paixão. Com uma opinião contundente, buscamos ampliar o fato, trazer novas perspectivas e conectar as pessoas com aquilo que realmente transforma suas realidades. Acreditamos que a informação de qualidade e inclusiva é o maior elo entre o cidadão e o futuro.

Ao anunciar na AmplineWS, sua empresa não ganha apenas visibilidade. Ela se associa a um ecossistema de credibilidade, engajamento e responsabilidade social. Convidamos sua marca a fazer parte dessa jornada, dialogando diretamente com um público qualificado, consciente e formador de opinião.

AmplineWS. Ampliando fatos, conectando pessoas.

Entre em contato conosco e seja nosso parceiro oficial. Conecte sua marca ao jornalismo feito por paixão.

[HTTPS://wa.me/5516989990050](https://wa.me/5516989990050)

amplion@amplineWS.com.br